

Dossiê: O dia que mudou o mundo?  
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33716>

**A construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro**

*The political construction of the global war on terror: beyond September 11<sup>th</sup>*

*La construcción política de la guerra global contra el terrorismo: más allá del 11 de septiembre*

Mariana Medeiros Bernussi \*

<https://orcid.org/0000-0002-2647-2781>

RESUMO: O presente artigo argumenta que a guerra global ao terror, que caracterizou os últimos 20 anos desde o 11 de setembro, não pode ser analisada como um fenômeno único, excepcional e desconectado de um processo histórico mais amplo. Nesse sentido, o estudo procura compreender como se deu historicamente a inserção do terrorismo na agenda de segurança internacional, além de analisar a construção política do terrorismo enquanto uma ameaça e do contraterrorismo como uma resposta urgente, atentando para os atores interessados e embates políticos acerca do tema, em especial desde os anos 1970. Parte-se do entendimento que terrorismo e contraterrorismo não são fenômenos naturais, mas construções simbólicas, e como tal devem ser compreendidas como resultado de forças institucionais, ideias e capacidades materiais em determinado tempo e espaço. Os resultados apontam que a permanente redefinição de limites que caracteriza o terrorismo e o contraterrorismo teria menos ligação com os eventos do 11 de setembro, mas está diretamente relacionada ao processo de construção de ameaças e da prática de criminalização do “outro”, contra o qual se legitima o emprego de todo tipo de violência.

Palavras-chave: Terrorismo. Contraterrorismo. Ameaça.

---

\* Professora de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Anhembi Morumbi. Doutora em Relações Internacionais pelo programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP, PUC-SP) e mestre e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Transnacionais da Segurança (NETS) e do Grupo de Estudos em Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP. E-mail: mabernussi@gmail.com.

**ABSTRACT:** The article argues that the global war on terror, which has determined the last 20 years since 9/11, cannot be analyzed as a unique and exceptional phenomenon and cannot be disconnected from a broader historical process. Therefore, the text seeks to historically understand the introduction of terrorism in the international security agenda and to analyze how terrorism was socially constructed as a threat and counterterrorism was socially constructed as an urgent response, highlighting the actors involved and debates regarding the matter, especially since the 1970s. Hence, it is acknowledged that terrorism and counterterrorism are not natural phenomena, but symbolic constructions, and, as such, both shall be recognized as a result of institutional forces, ideas and material capabilities in a given time and space. Thus, the results indicate that the constant redefinition of limits that characterizes terrorism and counterterrorism may be less connected with the 9/11 events, yet it is directly related to the processes of founding threats and criminalizing the “other”, against which the use of all types of violence is legitimated.

**Keywords:** Terrorism. Counterterrorism. Threat.

**RESUMEN:** El artículo sostiene que la guerra global contra el terrorismo, que ha caracterizado los últimos 20 años desde el 11 de septiembre, no puede ser analizada como un fenómeno único, excepcional y desconectado de un proceso histórico más amplio. Por lo tanto, se busca comprender la inserción del terrorismo en la agenda internacional de seguridad y analizar cómo se dio históricamente la construcción social del terrorismo como una amenaza y del contraterrorismo como una respuesta urgente, resaltando a los actores involucrados y los debates políticos acerca de la temática, sobre todo desde los años 1970. El terrorismo y la lucha contra el terrorismo no son fenómenos naturales, sino construcciones simbólicas, y como tales, deben ser comprendidas como resultado de fuerzas institucionales, ideas y capacidades materiales en tiempo y espacio determinados. Así, los resultados indican que la redefinición permanente de límites que caracteriza al terrorismo y al contraterrorismo tendría menos conexión con los hechos del 11 de septiembre, aún está directamente relacionada con el proceso de construcción de amenazas y a la práctica de criminalizar al “otro”, contra el cual el uso de todo tipo de violencia acaba por legitimarse.

**Palabras clave:** Terrorismo. Contraterrorismo. Amenaza.

### **Como citar este artigo:**

Bernussi, Mariana Medeiros. “A construção política da guerra global ao terror: para além do 11 de Setembro”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 98-122.

\*\*\*

## Introdução

O combate ao terrorismo<sup>1</sup> é uma prática que dominou a agenda global no início do século XXI, sob a liderança dos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados. Estima-se que os EUA já tenham gasto cerca de \$6,4 trilhões de dólares em ações de contraterrorismo até 2020 (Crawford, 2019). Segundo o projeto Costs of War, do Watson Institute, sediado na Brown University, esse valor inclui os gastos do Departamento de Defesa com as guerras travadas no Iraque, Síria, Afeganistão e Paquistão, além de outras operações de combate ao terrorismo no exterior. Ademais, adiciona-se os custos acumulados pelo governo norte-americano como consequência dessas guerras, como assistência aos veteranos de guerra, juros sobre a dívida contraída para o pagamento das mesmas e gastos com prevenção e resposta ao terrorismo do Departamento de Segurança Nacional. A estimativa é que esse valor continue a crescer.

Apesar dos gastos exorbitantes no combate ao terrorismo, o número de ataques perpetrados por agentes considerados terroristas<sup>2</sup> não decaiu na mesma proporção em relação ao aumento dos investimentos em contraterrorismo. Pelo contrário, a quantidade de ataques aumentou consideravelmente desde a declaração da chamada “guerra ao terror” pelo ex-presidente norte-americano George W. Bush, em 2001, com relação às décadas anteriores. Segundo o Global Terrorism Database, foram contabilizados 934 ataques considerados terroristas em 1998; em 2001 esse número praticamente dobra para 1913 ocorrências. Uma década depois, em 2011, a quantidade de ataques já estava em 5076 ao ano, tendo atingido seu pico em 2014, com 16908 casos (Start 2019). Se ainda somarmos aos números norte-americanos os gastos do resto do mundo com ações de combate ao terrorismo, nos vemos então diante de uma contradição. Assim, a profecia de acabar com o terrorismo e exterminar os grupos terroristas, considerados a grande ameaça internacional, não se realiza. Além dos gastos diretos, a economia movimenta bilhões para a manutenção de um permanente estado de guerra<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O termo “terrorismo” é controverso, uma vez que não há um consenso acerca de sua definição (esse tema será abordado de forma mais aprofundada no tópico 2.1). Para os efeitos deste trabalho, entende-se “terrorismo” como um fenômeno, como um processo histórico por meio do qual eventos transformam estruturas de pensamento e requerem formas específicas de ação (Stampnitzky, 2013, p. 6). Enquanto tal, seria equivocado substantivar o termo (Saint-Pierre 2015, 9), apesar de observarmos como padrão na literatura a personificação do “terrorismo”, ou seja, sua designação enquanto um sujeito autônomo, que “faz”, que “age”. Logo, a própria declaração de uma “guerra ao terror” é inapropriada, uma vez que não se trata de um ator ou uma entidade, mas de um fenômeno.

<sup>2</sup> Assim como “terrorismo”, os termos “terrorista” ou “grupo terrorista” também são instrumentalizados para justificar determinadas políticas de combate ou para deslegitimar determinados indivíduos ou grupos políticos. Logo, trata-se de termos cujos significados foram socialmente construídos por líderes governamentais e especialistas em geral (Stampnitzky 2013, 5).

<sup>3</sup> Conforme enunciado pelo ex-presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower em seu último discurso como presidente (The National Archives 1961).

---

Ainda que a “guerra global ao terror” tenha sido declarada após os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, o combate ao terrorismo não se limita aos fatos, atores e circunstâncias desse fatídico dia. O contraterrorismo possui uma história, que se define por meio do processo de qualificação do terrorismo como uma ameaça internacional. Refiro-me aqui aos mecanismos institucionais, arranjos intergovernamentais, redes de difusão de ideias e as racionalidades por trás dos atores que moldam esse processo. Olhar para o fenômeno do contraterrorismo a partir dessa lente de análise nos possibilita identificar os fundamentos da construção “do problema” do terrorismo e conseqüentemente “da resposta” dada a ele. O presente trabalho objetiva então mostrar que a natureza deste problema global reflete lutas pelo poder e batalhas de significado.

Torna-se então relevante a investigação dos processos políticos que tiveram início nos anos 1970 e seguem até o final da primeira década dos anos 2000, em especial nos Estados Unidos, que levaram à construção do terrorismo enquanto uma ameaça que precisava ser endereçada globalmente. Assim, o artigo é orientado pelas seguintes questões: como se deu historicamente a qualificação do terrorismo como uma ameaça de segurança internacional identificada pelos Estados Unidos? Quais foram os principais embates políticos, atores interessados e ações dos governos norte-americanos no combate internacional ao terrorismo? O presente trabalho problematiza ainda a tentativa persistente presente na literatura de elaborar ou escolher uma definição acerca do terrorismo para viabilizar o estudo do combate ao terrorismo.

A partir das questões postas, a hipótese do artigo é de que o conceito de terrorismo é um copo vazio, ou parafraseando Alexander Wendt (1992), “o terrorismo é o que os atores que o combatem fazem dele”. Terrorismo e contraterrorismo são construções sociais simbólicas, e não fenômenos naturais. Assim, ambas se promovem e se sustentam, uma não busca a destruição da outra, apesar dos discursos assim indicarem. Compreende-se que o terrorismo deve ser considerado enquanto uma ação política no sentido weberiano de adequação racional entre os meios e os fins<sup>4</sup> (Nasser 2014, 75), e assim, as motivações individuais para a execução de atos considerados terroristas deixam de ser relevantes. Soma-se a isso, o fato de que estamos tratando de situações históricas e o contexto social acaba sendo determinante para a redefinição permanente de limites para uma ou outra definição de terrorismo, e conseqüentemente para as políticas de combate.

O texto está organizado de forma a refletir uma retomada histórica e geográfica das ações de combate ao terrorismo. Com isso, será possível observar as transformações sofridas pelo termo

---

<sup>4</sup> A violência praticada por um ator considerado terrorista é entendida como um meio e não um fim em si mesma. Isso significa, segundo Raymond Aron, que os atores levam em consideração os meios disponíveis a eles e que viabilizariam seus objetivos políticos e a imposição de suas vontades (Aron 2002, 74).

---

“terrorismo” ao longo desse período, assim como os principais agentes que lideraram as campanhas contraterroristas. Esse esforço se justifica, pois entende-se que nenhum conceito pode ser separado do contexto em que é criado, dado que é resultado de forças institucionais, ideias e capacidades materiais em determinado tempo e espaço (Cox 1981, 207). Assim, apesar de ser possível encontrar na literatura reflexões essencialmente conceituais do termo (como em Hoffman 2006; Schmid 2011) e esforços, principalmente jurídicos, de se analisar documentos oficiais para o mesmo fim (Brant 2003; Callegari et al. 2016), parte-se do pressuposto de que os termos “terrorismo” e “contraterrorismo” são mais bem compreendidos por meio de uma avaliação histórica e das apropriações analíticas dos mesmos.

### **Terrorismo como questão de polícia**

A permanente redefinição de limites no que concerne o combate ao terrorismo está relacionada com o processo de construção de ameaças. Estamos falando da prática de criminalização do “outro”, daquele exógeno à sociedade, o diferente, o excluído, o pária temível. Trata-se da prática de manipular, por meio dos discursos, os medos e agressividades da população, canalizando-os para um indivíduo, classe, organização ou grupo específico, que é então demonizado e tratado como o inimigo hostil a ser combatido, garantindo, então, “suporte para amplos meios de punição dentro e fora do Estado” (Pereira 2015, 94). Em geral, a criminalização do outro responsabiliza certos grupos nacionalmente, etnicamente ou culturalmente definidos. Essa construção possibilita ainda aos governos que viabilizem “outros interesses políticos que, de outra forma, não seriam viáveis” (Pereira 2015, 94).

O debate acerca da construção do inimigo no mundo ocidental, especialmente nas Américas, está diretamente relacionado à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) originada pelos Estados Unidos. Trata-se de uma orientação estratégica para a contenção do comunismo durante os anos da Guerra Fria, responsável pela criação dos primeiros programas de contra-insurgência na região, cujo conceito-chave é o do “inimigo interno”. Esse inimigo é indefinido e pode se materializar em grupos armados de esquerda, partidos de oposição, trabalhadores e estudantes grevistas, ou seja, é um conceito elástico, justamente para que possa ser constantemente adaptado e enquadrar novos grupos (Comblin 1978). Além disso, a existência desse inimigo sem rosto é um instrumento que mantém uma situação permanente de militarização, repressão e dominação sobre uma sociedade e que também justifica o exercício da hegemonia norte-americana<sup>5</sup> (Padrós 2007).

---

<sup>5</sup> Durante a Guerra Fria, essa perspectiva da DSN se articulava diretamente com os regimes ditatoriais na América Latina. Os EUA forneceram treinamento, armamento e suporte logístico às forças de segurança na região para o combate interno ao comunismo. A construção desse conceito de “inimigo interno” foi fundamental para legitimar as

Dessa forma, até meados dos anos 1970, crimes como sequestros, de aviões ou de pessoas, bombardeios, reféns, eram tratados como questões criminais nacionais e rotineiras, e não como terrorismo. E aqueles que cometiam esses crimes eram considerados bandidos, rebeldes, guerrilheiros, insurgentes, revolucionários, mas raramente terroristas (Stampnitzky 2013). Antes disso, nos anos 1950 e 1960, esses crimes eram classificados e estudados como violência política, em contextos de manifestações, tumultos, motins, em especial atrelados ao processo de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial na África, Oriente Médio e Ásia. Como tal, os governos da época se contrapunham a essas ações por meio de suas forças de segurança nacionais, em especial, a polícia.

É apenas nos anos 1970 que o terrorismo e o contraterrorismo começaram a se consolidar na literatura enquanto objetos de estudo inseparáveis e como um problema social específico, ainda que não estivessem no centro da agenda internacional. A inauguração simbólica dos estudos sobre terrorismo e contraterrorismo ocorre em 1972, com o episódio das Olimpíadas de Munique, quando oito membros do grupo nacionalista palestino Setembro Negro invadem o dormitório dos atletas israelenses, fazendo nove reféns. Em troca dos reféns, demandavam a soltura de 236 palestinos presos em Israel, além de membros da RAF (*Red Army Faction*, ou grupo *Baader-Meinhof*, organização alemã de extrema esquerda) presos na Alemanha Ocidental. Em uma tentativa fracassada de resgate pela polícia, todos os reféns foram mortos, além de cinco palestinos e um policial. O episódio foi televisionado mundialmente em tempo real para aproximadamente 9 milhões de espectadores e teve ampla repercussão midiática (Stampnitzky 2013, 21-22).

É possível afirmar que na década de 1970 a característica comum atribuída aos grupos considerados terroristas era de que consistiam em organizações de esquerda, de inclinação marxista-leninista e que recebiam o rótulo de anti-imperialistas ou grupos revolucionários. Os grupos ativos mais famosos na época eram a RAF, ativa na Alemanha; as Brigadas Vermelhas, na Itália; o Exército Vermelho Japonês, que, em 1974, invadiu a embaixada francesa em Haia na tentativa de pressionar pela libertação de um de seus membros; e grupos como o *Weather Underground*<sup>6</sup> e os Panteras Negras, organizações norte-americanas que, apesar de divergências de foco em suas propostas políticas, eram organizações urbanas de esquerda, que se propunham revolucionárias e cujos atos resultavam em confrontos constantes com a polícia. Apesar de ainda

---

medidas tomadas pelos governos ditatoriais, que podem inclusive ser associadas ao fenômeno do terrorismo de Estado (Comblin 1978; Padrós 2007).

<sup>6</sup> A organização *Weather Underground* tinha inspiração marxista-leninista e fazia oposição ao governo norte-americano e sua participação na Guerra do Vietnam. Seu modo de ação era por meio de atentados a bomba, quase sempre contra prédios do governo, como o Capitólio e o Pentágono, e bancos. Os ataques, de maneira geral, eram anunciados antes de ocorrerem, como forma de realizar a evacuação dos prédios e evitar mortes.

não serem tratadas, naquele momento, como grupos terroristas, essas organizações eram criminalizadas pelo governo norte-americano, por realizarem atos contra o mesmo, e seus líderes geralmente eram perseguidos e presos. Outro exemplo é o grupo Sendero Luminoso, organização de inspiração maoísta e antifascista fundada no Peru, nos anos 1960, que se opunha ao regime militar que governava o país. Seu objetivo era instaurar um regime revolucionário e comunista de base camponesa.

O foco na época recaiu sobre o *modus operandi* dos grupos terroristas. O que interessava aos analistas era compreender as técnicas, os métodos de ação utilizados, a seleção dos alvos. Era interesse dos pesquisadores também compreender a dimensão internacional desses grupos e como operavam em conjunto (como, por exemplo, a ligação entre o Exército Vermelho Japonês e grupos Palestinos que realizaram ataques conjuntos na Europa). Nessa época a maioria dos atos considerados terroristas consistia em sequestros para fazer reféns, assim, o tratamento dado a esses grupos era o mesmo concedido a outros criminosos. Predominavam as lógicas de punição pelos meios jurídico-legais no âmbito nacional, utilizando-se das práticas de acusações, julgamentos, encarceramento, e no âmbito internacional, das normas e práticas do direito internacional, da diplomacia e extradição. Também foi utilizada a lógica da gestão de crises como política contraterrorista, com a adoção de respostas emergenciais a eventos e incidentes considerados terroristas por meio, especialmente, de policiais e táticas de policiamento.

Os anos 1970 também foram marcados pela criação de cronologias e bases de dados sobre terrorismo, além de um conjunto de conferências<sup>7</sup>, que contavam com especialistas de várias áreas, entre civis e militares, acadêmicos e formuladores de políticas públicas (Ranstorp 2009). Em 1972 o presidente Nixon criou o *Cabinet Committee to Combat Terrorism*<sup>8</sup>, que, por meio de um contrato com a RAND, buscava ampliar o conhecimento do governo norte-americano acerca das origens, teorias, estratégias e táticas do então denominado “terrorismo moderno” (Stampnitzky 2013). Entre os principais projetos desse contrato estava a criação de uma cronologia dos eventos e casos internacionais de terrorismo.

---

<sup>7</sup> As primeiras conferências internacionais sobre o tema do “terrorismo” eram promovidas pelo governo norte-americano, mais especialmente o Departamento de Estado (1976), e contaram com a participação de membros do governo e acadêmicos que iniciaram uma comunidade epistêmica influente, dominando as publicações e o financiamento à pesquisa na época (Ranstorp 2009, 21).

<sup>8</sup> O *Cabinet Committee to Combat Terrorism* era um comitê que reunia os mais altos funcionários do governo norte-americano (o Secretário de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário de Defesa, o Secretário de Transportes, o Embaixador dos EUA na ONU, o Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, o Assistente do Presidente para Assuntos Internos e os Diretores da CIA e do FBI) com o objetivo de reunir inteligência e determinar medidas de prevenção e combate ao terrorismo, interna e externamente. Assim, o presidente Nixon se tornou o primeiro a iniciar uma campanha global contra o terrorismo. Todavia, como o tema não era prioridade, o Comitê foi dissolvido durante o governo Carter, que passou a conferir ao National Security Council (NSC) a responsabilidade sobre questões relacionadas ao terrorismo (Barber 2016).

---

Essas bases de dados e conferências serviam para comunicar aos agentes do governo norte-americano e seus aliados, à população e à toda comunidade acadêmica a amplitude do problema, conferindo legitimidade científica ao estudo do terrorismo. Além disso, demonstrava a necessidade de especialistas no tema, e logo, de financiamento às suas pesquisas. Em sua análise sobre a criação do campo de estudos e do especialista em terrorismo, Lisa Stampnitzky (2013) demonstra como a agenda política daqueles que estabeleciam os comitês de financiamento teve um efeito sobre as agendas de pesquisa desenvolvidas pela comunidade acadêmica, que por sua vez perpetuava a elevada visibilidade da ameaça terrorista, justificando ações contraterroristas governamentais e internacionais e a continuação desse ciclo.

### **A narrativa do terrorismo soviético**

Em 1980, no contexto da Guerra Fria e diante da crise com o Irã<sup>9</sup>, o terrorismo foi tema central na corrida eleitoral para a presidência norte-americana entre Ronald Reagan e Jimmy Carter. A vitória de Reagan trouxe consigo uma mudança de foco da política de combate ao terrorismo, afastando-se das políticas adotadas nos anos 1970 por Nixon e Carter (da diplomacia e gestão de crises, por meio da lógica do risco e da implementação das leis), para um contraterrorismo governado pela lógica da guerra. Isso fica evidente na Diretiva de Segurança Nacional 138 de Reagan, que apelava para uma “mudança de ações de defesa passivas para medidas ativas”. Em julho de 1985, em um discurso na *American Bar Association* (Associação Americana de Advogados), Reagan chamou o terrorismo de um “ato de guerra” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004).

Nessa época, o governo assumiu como prática contraterrorista a técnica de deslegitimação, ou seja, o terrorista era definido de modo a estar fora das leis do crime e da guerra, sendo, portanto, um ator ilegítimo, tanto em seus meios de ação, quanto em seus fins. Além disso, foram adotadas políticas de retaliação militar. Por exemplo, em abril de 1986, os Estados Unidos bombardearam cidades na Líbia em resposta a um ataque em uma discoteca em Berlim que matou um soldado americano. Esse episódio, assim como a invasão do Iraque em 2003, é citado no *The 9/11 Commission Report* como um “símbolo do uso do poder militar como forma efetiva de contraterrorismo – retaliação com emprego limitado do poder aéreo, visando apenas a dissuasão” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004). Essas práticas eram também

---

<sup>9</sup> Em 1979, o Irã passa por um processo revolucionário que derruba o então governante, Xá Mohammad Reza Pahlavi, aliado do governo dos EUA, e que tem como uma de suas características o anti-americanismo. Em 1980 é instaurada uma República Islâmica, liderada pelo Ayatollah Khomeini. O episódio também é marcado pela crise dos reféns da embaixada americana em Teerã. Em novembro de 1979, 52 pessoas foram feitas reféns na embaixada americana durante 444 dias por um grupo de militantes iranianos. Essa crise com o Irã gerou impactos significativos na relação dos EUA com o país que perduram até hoje (Hoffman 2006, 279).



acompanhadas de uma nova narrativa: a do terrorismo como luta civilizacional das democracias ocidentais contra uma rede de terroristas apoiados pela União Soviética, que seria então a fornecedora de treinamento, financiamento e equipamento de terroristas internacionais.

Essa narrativa propagada por especialistas, acadêmicos e políticos de que o terrorismo internacional era orquestrado pela União Soviética tem origem em três elementos: a Conferência de Jerusalém sobre terrorismo internacional de 1979, a controvérsia em torno da publicação do livro de Claire Sterling, “The Terror Network: the Secret War of International Terrorism”, de 1981, e as audiências do Subcomitê do Senado dos EUA sobre Segurança e Terrorismo (SST) que ocorreram entre 1981 e 1986. Esses três eventos reproduziam as alegações feitas pelo governo Reagan de que era a URSS que apoiava grupos terroristas ao redor do mundo com o objetivo de desestabilizar governos aliados aos EUA, além de terem, por outro lado, servido para legitimar ideologicamente o envolvimento dos governos ocidentais na repressão dos movimentos de esquerda em partes do mundo em desenvolvimento (Jackson et alii 2009).

Foi na Conferência de Jerusalém de 1979 que as novas narrativas do patrocínio soviético ao terrorismo e do terrorismo como “um ataque à civilização ocidental” e às democracias foram introduzidas a alguns indivíduos que seriam cruciais para a sua disseminação (Stampnitzky 2013). A Conferência foi financiada pelo Jonathan Institute, um *think tank* israelense fundado pelo futuro primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, e contou com a participação de especialistas norte-americanos e figuras políticas notáveis, como o futuro vice-presidente (e presidente) George H. W. Bush, além de ter recebido ampla cobertura da mídia. Já o livro de Claire Sterling foi a pedra angular dessa narrativa, se tornou um *best-seller* em vários países, incluindo nos EUA, onde foi promovido pelo próprio governo Reagan. A autora defendia que os grupos terroristas estavam internacionalmente conectados por uma rede, cujos elos foram propositadamente forjados e mantidos pela União Soviética e também seus dois principais representantes nesse sentido, Cuba e os palestinos (Sterling 1981).

Em contraste, o livro também foi recebido de maneira mais cética por especialistas. Analistas da CIA, por exemplo, avaliaram que o livro foi “mal pesquisado”, tendo utilizado “evidências falhas”, com “citações fora de contexto” e “dados impossíveis de reproduzir” (Schmid e Jongman 1988, 105), uma vez que as acusações feitas no livro, assim como várias de suas fontes, eram originárias de campanhas de desinformação da CIA, que ligavam a Brigada Vermelha italiana à União Soviética. Esse momento foi um ponto de virada crucial na história do contraterrorismo nos EUA, pois a elite política que dominava o governo norte-americano, dominada pela vertente neoconservadora, reforçava essa teoria soviética, o que teve impacto direto sobre os esforços práticos de contraterrorismo (Naftali 2009). Os *think tanks* também foram fundamentais para a

---

disseminação dessa narrativa do terror soviético, fornecendo uma plataforma institucional para promover e coordenar sua divulgação.

Além disso, os episódios são a evidência de que a possibilidade de geração de conhecimento neutro e imparcial sobre terrorismo e contraterrorismo deve ser questionada. As pesquisas nesse período apresentavam fontes altamente políticas de informação, como os relatórios do Congresso norte-americano. Isso sugere uma aceitação pela comunidade epistêmica dos esforços da administração Reagan para persuadir a opinião pública e a elite nos Estados Unidos com a finalidade de justificar ações de intervenção em países supostamente ameaçados pelo terrorismo, como a Nicarágua (Raphael 2009). Além disso, nesse período, as pesquisas tendiam a focar nos eventos do momento, e não tanto nos elementos históricos do terrorismo (Ranstorp 2009). Logo, a reformulação da política de combate ao terrorismo como uma guerra não representava apenas uma mudança de discurso, mas também deu o tom de como o governo Reagan, e, por conseguinte, os governos de George H. W. Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001), tratariam do problema.

### **A expansão do contraterrorismo**

Nos anos 1990, com a queda do muro de Berlim, a separação da União Soviética e o fim da Guerra Fria, é possível perceber um declínio no número de publicações, no nível de colaboração entre os autores, na demanda e no financiamento das pesquisas que tinham o terrorismo e o contraterrorismo como objeto de estudo. Enquanto campo de estudos, Magnus Ranstorp (2009) fala em um seleto grupo de 24 autores que produzia a maioria das publicações e definia as fronteiras metodológicas e conceituais da área. Assim como em outras épocas, os estudiosos focavam nos grupos ativos, de que forma eles realizavam ataques e como os governos reagiam a eles. Há um boom de publicações sobre grupos nacionalistas e separatistas com a ascensão do IRA (Irish Republican Army), que lutava no Reino Unido, e do ETA, o grupo separatista basco na Espanha, assim como os Tigres da Pátria Tamil, no Sri Lanka e na Índia.

Outro nicho de estudo que ganhou especial atenção foi o “terrorismo suicida”, em especial com a adoção dessa prática pelo Hamas contra alvos militares nos territórios ocupados e alvos civis e militares dentro de Israel. O Hamas não originou o uso dessa tática, que anteriormente havia sido mais fortemente associada ao Hezbollah, devido à prática de atentados suicidas no Líbano nos anos 1980 (Nasser 2014). Também aumentou a preocupação com a possibilidade de que os terroristas adquirissem armas de destruição em massa, como armas nucleares e biológicas, e muito se conspirou em torno disso. Durante o governo Clinton, a administração do governo norte-americano foi composta por um grupo de defensores da tese da ameaça do bioterrorismo (como o microbiologista Frank Young, diretor do Escritório de Preparação para Emergências do Serviço

---

---

de Saúde Pública; Richard Clarke, que presidiu o Grupo de Segurança Contra o Terrorismo; e Richard Danzig, subsecretário da Marinha) e US\$ 94 milhões foram destinados para construir um estoque de medicamentos em caso de ataque químico ou biológico (Stampnitzky 2013).

Com isso, começou-se a desenhar uma nova narrativa, que será dominante na década de 1990, mas também na seguinte, de um “novo terrorismo”, islâmico, hostil à civilização ocidental, em que os terroristas estavam ficando mais perigosos e irracionais. Autores como Bruce Hoffman (1998) e Walter Laqueur (1999) contribuíram fortemente para a emergência dessa narrativa e alguns eventos na época reforçaram esses discursos. O ataque de 26 de fevereiro de 1993 ao World Trade Center em Nova Iorque<sup>10</sup>, o ataque com gás sarin no metrô de Tóquio em 20 de março de 1995<sup>11</sup> e o bombardeio do Edifício Federal Alfred P. Murrah em Oklahoma City em 19 de abril de 1995<sup>12</sup>, romperam, segundo esses autores, com o “roteiro” esperado de reivindicações, publicidade e exigências declaradas dos grupos e indivíduos considerados terroristas.

Em 1995, pela primeira vez um *report* da CIA mencionava um fluxo recente de relatórios sobre Osama Bin Laden e uma organização chamada Al-Qaeda<sup>13</sup> (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004). Alguns anos depois, mais atenção recaiu sobre esse grupo, quando dos ataques a bomba simultâneos às embaixadas dos EUA em 7 de agosto de 1998 em Dar es Salaam, na Tanzânia, e em Nairóbi, no Quênia. Mais de 250 pessoas foram mortas nos ataques e mais de 5 mil ficaram feridas. Os atentados foram atribuídos a Osama bin Laden, reforçando as previsões sobre as crescentes ameaças do terrorismo fundamentalista islâmico. Diante desses ataques, o discurso do combate ao terrorismo passou a defender a necessária e urgente presença oficial dos EUA em todo o mundo. Em resposta, os Estados Unidos bombardearam locais no Sudão e no Afeganistão que supostamente serviam como campos de treinamento de terroristas. Segundo Martha Crenshaw:

---

<sup>10</sup> Esse ataque, via bombas explodidas na garagem do porão, matou cinco pessoas e feriu mais de mil, e foi considerado na época o maior bombardeio em solo norte-americano na história moderna.

<sup>11</sup> A autoria do ataque ao metrô de Tóquio foi concedida a um grupo japonês denominado Aum Shinrikyo. O ataque matou 13 pessoas e feriu 980, segundo dados oficiais. Todavia, há estimativas que chegam a 6 mil pessoas feridas.

<sup>12</sup> Este ataque matou 168 pessoas e feriu mais de 800, no que foi então o mais mortífero ataque terrorista dentro dos Estados Unidos. Comentários iniciais acerca do ataque atribuíram sua autoria a terroristas árabes ou muçulmanos. Todavia, os perpetradores identificados, Timothy McVeigh, Terry Nichols e Michael Fortier, eram americanos, brancos e cristãos, e estavam ligados a milícias de direita anti-governo. O atentado também chamou atenção para o tipo de terrorismo praticado por “lobos solitários”.

<sup>13</sup> A Al-Qaeda é um movimento que teve início nos anos 1980 no sudeste do Afeganistão como parte da insurgência mujahidin, que estava então lutando para expulsar as forças soviéticas do país. O movimento era apoiado pela Agência de Inteligência Paquistanesa (Pakistani Inter-Service Intelligence) e pela CIA e liderado por Osama bin Laden. Nos anos 1990, bin Laden retorna ao Afeganistão, após passagens pela Arábia Saudita e Sudão, para auxiliar o movimento islâmico do Talibã a unificar o país em torno de um Estado teocrático. Nos anos 2000, a Al-Qaeda tomou a forma de uma rede que se estendia por diversos países e podia ser considerada como um movimento revolucionário determinado a destituir regimes que não eram aceitos.

O governo Clinton reconheceu o ineditismo da Al-Qaeda e compreendeu que a principal ambição de Bin Laden era realizar um ataque em solo norte-americano. Foram então discutidas alternativas para além dos ataques aéreos restritos. As conversações tornaram-se mais intensas entre 1998 e 2000, quando foram autorizadas operações secretas (Crenshaw 2010, 62).

O contraterrorismo na década de 1990 continuou a ser dominado por uma lógica de retaliação. Todavia, soma-se a isso uma nova ênfase em políticas de prevenção, que têm como alicerces o risco e a imaginação. Quanto ao primeiro, apesar do tema do terrorismo ter adquirido centralidade no debate político e nas nossas vidas, o risco estatístico de mortes por ataques terroristas fora de zonas de conflito é baixo. A probabilidade de uma pessoa morrer em um ataque terrorista é de 1 em 80 mil, enquanto a chance de morte por queda é de uma a cada 236 (Booth e Dunne 2012). Apesar disso, as ameaças terroristas contribuíram para romper com um aspecto fundamental da modernidade: a ideia de que os Estados seriam capazes de racionalizar e reduzir a incerteza e o risco, por meio da ciência, do desenvolvimento tecnológico, político e social (Mavelli 2016). Todavia, conforme a ciência foi se mostrando incapaz de calcular e controlar o risco de forma eficaz (por exemplo nos casos do aquecimento global e das crises financeiras), a lógica da incerteza reduzida ao risco “normal” foi substituída pelo risco “catastrófico” (De Goede 2008), uma vez que não sabemos qual é o risco. Assim, ele não pode ser anunciado e antecipado, nós só podemos idealizar, suspeitar, presumir ou temer o risco. A impossibilidade de reduzir a incerteza e calcular o risco do terrorismo, devido à ausência de conhecimento somado à condição de medo e ansiedade, fez com que a ciência fosse substituída pela imaginação. Dessa forma, as políticas de combate ao terrorismo passaram a ser determinadas enquanto formas de prevenção a tragédias e desastres, com base no vislumbre de possíveis cenários futuros de catástrofes, estratégia essa que ficou conhecida como preempção (De Goede 2008). Tais novas formas imaginativas de lidar com a incerteza implantaram a linguagem do risco, enquanto superaram, na prática, as tecnologias estabelecidas para o cálculo do risco (Amoore e De Goede 2008).

O discurso do “novo terrorismo” implicou então tanto em uma lógica de prevenção, que se concentrava no setor doméstico (e que fazia parte das práticas de gestão do terrorismo desde a década de 1970), como também nessa nova lógica de preempção, que é focada em ameaças externas catastróficas, na construção de um “inimigo” exterior, com o objetivo de evitar ataques terroristas antes que eles aconteçam. A ameaça do bioterrorismo, em particular, foi gerenciada através de técnicas associadas à preparação, como, por exemplo, a simulação do cenário do “inverno escuro”, que retratava um ataque de varíola nos Estados Unidos e preparava os participantes para darem respostas de emergência. Também foram adotadas técnicas de precaução, que incluíam práticas como o aumento da regulamentação de materiais biológicos e nucleares, além de tentativas em

---

laboratório realizadas por especialistas para regular substâncias, como vírus e outras substâncias consideradas perigosas. De acordo com Lisa Stampnitzky:

Apesar de algumas práticas dentro da lógica da preempção, como o assassinato, a guerra preventiva, a tortura e a prisão de indivíduos que poderiam se envolver em atividades terroristas no futuro, terem se concretizado apenas após o 11 de setembro, a lógica subjacente a eles já estava encapsulada no discurso do “novo terrorismo” (Stampnitzky 2013, 164, tradução própria).

## O ápice do contraterrorismo

Nos anos 2000, após os atentados do 11 de setembro em Nova Iorque e Washington, os estudos sobre terrorismo e contraterrorismo entraram em uma “era de ouro”, atraindo diversos pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento. Houve um boom na literatura, não apenas acadêmica, mas também na mídia, um novo livro sobre o tema era publicado a cada 6 horas e as publicações de artigos aumentaram 300%. Entre 1971 e 2002, 14.006 artigos foram publicados sobre terrorismo em revistas internacionais, dentre eles, aproximadamente 54% foi publicada entre 2001 e 2002 (Ranstorp 2009). O 11 de setembro significou um alargamento no campo de estudos, com aumento considerável no número de pesquisadores, assim como de centros de pesquisa e a oferta de serviços de treinamento, consultoria e assessoria política. Os governos na época, em especial os EUA e seus aliados europeus, como Espanha, Reino Unido e França, também vítimas de ataques, buscavam respostas para todos os tipos de perguntas (quem os ameaça? Por quê? O que é possível fazer a respeito? Como se assegurar de que o certo será feito?). Já os mencionados acadêmicos, experts, centros de pesquisa e assessorias tentavam fornecer respostas a essas perguntas mediante o fornecimento de seus serviços.

Nesse período, a agenda de pesquisa foi dominada por temas como Al-Qaeda, o terrorismo suicida e a ameaça dos *rogue states*<sup>14</sup>. Ademais, também é possível observar um foco maior em estudos de área e uma enorme quantidade de pesquisadores migrando para os estudos de Oriente Médio. Autores como Quintan Wiktorowicz, Muhammed Hafez, Glenn Robinson e Jeroen Gunning tentaram trazer explicações plausíveis para o processo que levou à radicalização violenta de alguns atores. É curioso observar também como nesse período houve uma tendência de se ignorar as experiências históricas relacionadas ao terrorismo, como se o mesmo tivesse iniciado no 11 de setembro de 2001, além da própria literatura prévia existente. Entre 2000 e 2007 apenas seis

---

<sup>14</sup> O termo *rogue states*, ou “Estados párias”, se refere a “nações que demonstravam, no geral, um intento hostil, oprimiam seus próprios cidadãos, ameaçavam países vizinhos e possuíam, ou estavam em processo de obter armas de destruição em massa, assim como os meios para lançá-las” (Crenshaw 2010). O termo se popularizou em 2002, com a publicação da Estratégia de Segurança Nacional do Governo George W. Bush e se referia a países como Iraque, Irã e Coreia do Norte.

artigos foram publicados a respeito do elemento histórico do terrorismo anterior aos anos 1960 (Ranstorp 2009).

Na manhã de 11 de setembro de 2001, uma equipe de dezenove sequestradores, predominantemente sauditas, liderados por Mohamed Atta, sequestrou quatro companhias aéreas domésticas nos EUA. Dois foram lançados contra as Torres Norte e Sul, respectivamente, do World Trade Center, em Nova Iorque, que colapsaram, um terceiro avião colidiu com o Pentágono, em Washington, enquanto o quarto caiu em um campo perto de Shanksville, na Pensilvânia, quando os passageiros e a tripulação tentavam recuperar o controle do avião. Mais de 3 mil pessoas, além de inúmeros feridos, foram vítimas dos ataques de 11 de setembro, que também tiveram um efeito devastador no sistema político norte-americano, sob a administração republicana de George W. Bush.

Naquela noite, o presidente declarou que os Estados Unidos estavam em guerra, proclamando que “a América foi alvo de ataques porque somos o farol mais brilhante da liberdade e oportunidades do mundo”, e isso não deveria ser apenas uma guerra, mas uma “luta monumental entre o bem e o mal” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 326). Essa linguagem do “bem” e do “mal” se tornaria dominante na retórica de Bush, assim como a ideia de que os terroristas eram indivíduos que mantinham um ódio irracional pela própria essência dos valores e práticas americanas, como a democracia e as liberdades de expressão e de religião. Além disso, ao comparar constantemente a Al-Qaeda ao fascismo, ao nazismo e ao totalitarismo, Bush defendia em seus discursos uma luta em defesa da civilização, “de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 337).

A evolução da discussão sobre o terrorismo desde os anos 1970 nos mostra como o termo passou a ser entendido no início dos anos 2000 como algo enraizado em uma identidade, no “ser terrorista”, e não como uma tática que qualquer grupo poderia adotar. Isso levou à máxima de que os terroristas cometem terrorismo porque são terroristas. A identidade continha sua própria explicação: “terroristas” são indivíduos irracionais e maus cuja ação é movida não por interesses racionais ou motivos políticos, como alegam, mas, pelo contrário, por sua própria natureza inerentemente maligna (Stampnitzky 2013). Além de estar presente nos discursos presidenciais e em boa parte da mídia, essa visão também apareceu na literatura (como em Perle e Frum 2003).

Os ataques do 11 de setembro foram sentidos em diversos campos e esferas. Internamente, “os atentados incitaram fortes sentimentos de unidade na sociedade norte-americana, promovendo um espírito de coesão nacional” (Herz e Amaral 2010). O governo George W. Bush atingiu índices históricos de aprovação popular, segundo o Instituto Gallup, chegando a 90% de aprovação ainda

---

em setembro de 2001<sup>15</sup> (Gallup s.d.). Internacionalmente, os EUA receberam apoio e solidariedade de diversos líderes, chefes de governo e organismos da sociedade civil, “a reprovção ao ato de terrorismo perpetrado contra os norte-americanos foi das mais amplas e partiu dos mais variados setores da comunidade internacional” (Herz e Amaral 2010).

Em 14 de setembro, o Congresso autorizou formalmente o presidente norte-americano a usar toda a força necessária e apropriada contra nações, organizações ou pessoas que tenham auxiliado, planejado, autorizado ou cometido os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou para evitar quaisquer futuros atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos. Em 20 de setembro de 2001, em uma sessão conjunta do Congresso e do povo norte-americano, o presidente George W. Bush declarou a “guerra global ao terror”. Nesse momento, praticamente o mundo todo apoiava uma resposta militar forte dos EUA para acabar com o regime Talibã e destruir a Al-Qaeda. Ainda assim, os EUA ditaram a configuração das relações internacionais, como fica claro na afirmação de Bush: “cada nação, em cada região, agora tem uma decisão a tomar: ou está conosco, ou está com os terroristas” (National Commission on Terrorist Attacks upon the United States 2004, 337).

Em 7 de outubro, os EUA declararam iniciada a invasão do Afeganistão. A estratégia militar adotada foi não apenas de uma grande invasão, mas de uma combinação de intensos ataques aéreos, uso de Forças Especiais e o apoio às milícias locais. O resultado dessa estratégia foi quase imediato: o Talibã caiu em dois meses de ataques, os apoiadores da Al-Qaeda fugiram do Afeganistão, em especial para o norte do Paquistão, apesar de nenhum líder ter sido morto ou capturado, e em dezembro de 2001, a Conferência de Berlim dos Estados Aliados concordou em supervisionar a transição do Afeganistão para uma democracia. Em 20 de dezembro de 2001 a ISAF (*International Security Assistance Force*), uma missão de segurança e estabilização liderada pela OTAN, foi estabelecida no Afeganistão, aprovada pela Resolução 1386 do Conselho de Segurança da ONU, com cerca de 5 mil pessoas (Rogers 2016). O aparente sucesso da guerra ao terror liderada pelos EUA elevou a popularidade do governo Bush.

Ainda em novembro de 2001, funcionários do governo, como o secretário de defesa Donald Rumsfeld, começaram a se manifestar publicamente sobre a possibilidade de terroristas obterem armas de destruição em massa (Stampnitzky 2013). Em 29 de Janeiro de 2002 o presidente proferiu um famoso discurso no Congresso Americano (*State of the Union Adress*), em que estendeu a guerra para abranger um “eixo do mal” mais amplo de Estados que apoiavam o terrorismo e que buscavam armas de destruição em massa (composto por Iraque, Irã e Coreia do Norte, estendendo

---

<sup>15</sup> O governo George W. Bush também foi o governo com maiores índices de insatisfação, chegando a 25% de aprovação entre outubro e novembro de 2008 (Gallup s.d.).

---

a ameaça a Síria, Líbia e Cuba). Além disso, o discurso também enfatizava a necessidade de impedir que terroristas e Estados tivessem acesso a esse tipo de armamento.

Diante da acusação de que o Iraque possuía capacidade para produção de armas de destruição em massa, entre março de 2002 e fevereiro de 2003 é formada a coalizão de Estados (composta especialmente por Itália, Espanha, Reino Unido, Austrália, e liderada pelos EUA) que iria agir contra o regime de Saddam Hussein. Como as evidências disso não eram claras (conforme ficou provado posteriormente), um movimento anti-guerra começou a surgir em diversos países do ocidente. Mesmo sem o apoio da ONU e legitimidade internacional, a invasão começou em 20 de março de 2003 com ataques aéreos seguidos de invasão por terra, via Kuwait. As forças de oposição locais não estavam bem organizadas, o que permitiu o rápido avanço da coalizão, mesmo diante do uso de táticas de guerra irregular contra essa força, como ataques suicidas. Mesmo assim, após três semanas as forças americanas chegaram em Bagdad, o regime de Saddam Hussein colapsou e a guerra parecia ganha (Rogers 2016).

A lógica que norteou as políticas de contraterrorismo nessa década foi a da preempção, segundo a qual qualquer possibilidade mínima de que havia uma ameaça iminente ou uma possibilidade de ataque, já poderia justificar algum grau de ação preventiva para impedi-la de se concretizar a qualquer custo. Por isso, essa lógica depende de um imaginário acerca das ameaças extremas, que justifiquem ações outrora inconcebíveis. Em junho de 2002, durante o discurso na cerimônia de graduação da Academia Militar de West Point, Bush afirma que “se esperarmos que as ameaças se concretizem, teremos esperado muito tempo”, por isso, “precisamos levar a batalha até o inimigo, interromper seus planos e enfrentar as piores ameaças antes que elas surjam”(The White House 2002).

Essa lógica não serviria apenas para justificar a guerra preventiva no Iraque em 2003, mas também sustentou uma série de outras práticas no âmbito da “guerra global ao terror”, como outras intervenções militares, sobretudo na Somália, no Iêmen e na Síria, além de assassinatos, tortura e um sistema de detenção que encarcerou jovens de origem árabe e muçulmana, tanto nos Estados Unidos como em prisões ao redor do mundo, incluindo os conhecidos centros de detenção em Guantánamo e Abu Ghraib, bem como “rendições extraordinárias” a terceiros e prisões secretas no exterior, conhecidas como *black sites*. Essas táticas não eram desconhecidas, já haviam sido usadas, por exemplo, durante a Guerra do Vietnam (por meio do programa Phoenix da CIA) e na América Latina nos anos 1980 (por meio do treinamento de militares latino-americanos no uso de tortura), apenas passaram a ser empregadas no contexto da guerra ao terror de maneira regular.

Embora os ataques do 11 de setembro tenham sido chocantes para o mundo inteiro, não é possível reduzir a magnitude das ações subsequentes à simplesmente a força dos eventos daquele

---



fatídico dia. Logo, é possível compreendermos o contraterrorismo nessa época a partir de três fatores: as práticas que já vinham sendo adotadas nos anos 1990, o neoconservadorismo no governo norte-americano e o papel do Irã para a política externa dos EUA. Quanto ao primeiro, já foi comentado anteriormente que a narrativa do “novo terrorismo” adotada nos anos 1990 foi fundamental para moldar o entendimento sobre o contraterrorismo nos anos 2000.

O neoconservadorismo no governo Bush era representado por um conjunto de líderes políticos que estiveram envolvidos na germinação da guerra ao terror a partir da retórica prévia sobre o terrorismo<sup>16</sup>. Esses atores e suas ideias neoconservadoras não surgiram com o 11 de setembro, mas já estavam presentes nas discussões sobre terrorismo nos anos 1980 e 1990 e foram capazes de impulsionar a agenda da guerra preventiva por meio da retórica da administração Bush. Michael Ledeen, por exemplo, um importante assessor do governo Bush e defensor da “teoria soviética” na década de 1980, ressurgiu como defensor da ligação entre Saddam Hussein e o terrorismo internacional, promovendo a ideia de que ele estava por trás não apenas do atentado de 1993 no World Trade Center, mas também de vários outros, incluindo o ataque em Oklahoma e os atentados de 1998 contra as embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia.

Quanto ao terceiro, em 1º de maio de 2003, Bush pronunciou o discurso da “Missão Cumprida”, em que afirmou que a guerra no Iraque estava ganha. O estabelecimento da Coalizão de Autoridade Provisória (CAP) no Iraque marcou um momento de redefinição da política no Oriente Médio pelos EUA. A frase “o caminho para Teheran passa por Bagdad”<sup>17</sup> era comumente dita em Washington para representar que uma mudança de governo bem-sucedida no Iraque era capaz de garantir um Irã complacente (Rogers 2016). Uma vez que o Irã era visto pelo governo Bush como a maior ameaça na região, interessava a configuração de um “cerco” ao Irã, que foi estruturado pelo posicionamento de forças americanas no Afeganistão e no Iraque, pela aliança dos países do Golfo aos EUA e o controle, pela marinha americana, do Mar Árábico e do Golfo Pérsico.

Após os episódios em Nova Iorque e Washington, em 2001, os ataques que foram realizados em grandes centros políticos e econômicos, como em Madrid (2004), Londres (2005), Paris (2015), Bruxelas (2016), Londres, Paris e Barcelona (2017), propulsionaram não apenas novos estudos sobre os grupos terroristas e as táticas utilizadas por eles, mas também elevaram o interesse

---

<sup>16</sup> Alguns deles são: Paul Wolfowitz, Vice-Secretário de Defesa; Douglas Feith, número três no Pentágono; Lewis “Scooter” Libby, Chefe de Gabinete do Vice-Presidente, Dick Cheney; John R. Bolton, do Departamento de Estado; Elliott Abrams, líder da área de Oriente Médio no Conselho de Segurança Nacional; David Frum, Assistente Especial do Presidente; e Richard Perle, Presidente do Conselho de Política de Defesa, a maioria deles indicada às suas posições pelo Vice-Presidente Dick Cheney (Stampnitzky 2013).

<sup>17</sup> Do inglês: “the road to Tehran runs through Bagdad”.

acadêmico em abranger as ações dos governos, diretamente atingidos ou não, diante do terrorismo internacional. Além disso, consolidou-se entre os autores críticos o entendimento de que o combate ao terrorismo realizado pelos Estados e instituições internacionais constitui um instrumento político. O próprio enquadramento da Guerra do Iraque na guerra global ao terror teve como objetivo demonstrar, em especial ao eleitorado norte-americano, que algo estava sendo feito nessa matéria (Romaniuk 2014).

Apesar da sensação de vitória, a deterioração da segurança na região entre 2004 e 2005 foi responsável por um endurecimento das políticas de contraterrorismo. A situação das forças de segurança que ocupavam o Iraque piorou, devido às ações de insurgência urbana como reação à ocupação norte-americana, no centro da qual estavam alguns grupos da elite iraquiana da Guarda Republicana Especial de Saddam. O treinamento e o equipamento dos norte-americanos não eram apropriados para esse tipo de conflito, o que levou ao aumento de mortes de soldados e uma deterioração em termos morais. Além disso, como essa guerra era vista como uma resposta aos atentados do 11 de setembro e os iraquianos eram vistos como terroristas, um poder de fogo excessivo era frequentemente utilizado contra os mesmos, levando a mortes substanciais de civis, tratados na guerra como “casualidades”. A situação se agravou com a decisão da CAP de desfazer o exército iraquiano, colocando automaticamente 100 mil jovens em situação de desemprego. Soma-se a isso os escândalos de abusos e tortura nas prisões de Abu Ghraib e Guantánamo.

Esse momento também coincide com dois grandes ataques que ocorreram na Europa. Na Espanha, na manhã de 11 de março de 2004, em Madrid, dez bombas explodiram em quatro trens próximos à estação de Atocha, matando 193 pessoas e ferindo mais de 2 mil (Reinares 2014). A investigação do caso levou a identificação de uma “célula terrorista” ligada a Al-Qaeda, composta predominantemente por marroquinos ligados ao *Groupe Islamique Combattant Marocain*. No Reino Unido, na manhã de 7 de julho de 2005, ocorreu um dos ataques mais significativos para o país, quando quatro homens carregando explosivos caseiros em suas mochilas os detonaram na rede de transporte público de Londres (sendo três ataques no metrô e um em um ônibus). As quatro explosões mataram 52 pessoas e feriram cerca de 700. A Al-Qaeda assumiu oficialmente a responsabilidade pelos atentados em um vídeo entregue à rede de televisão Al Jazeera. Os atentados aconteceram no período em que os líderes mundiais, inclusive o primeiro ministro britânico Tony Blair, estavam reunidos na Cúpula do G20 (Tuček e Warnes 2017).

Nesse momento, as políticas contraterroristas empregadas pelos EUA e seus aliados levaram a um aumento substancial do terrorismo global. Entre 2004 e 2005 a quantidade de atentados terroristas realizados no mundo praticamente dobra, de 1.166 para 2.017 ataques, e o número cresce exponencialmente nos anos seguintes, para 2.758 ataques em 2006, 3.242 em 2007

---

e 4.805 em 2008 (Start 2019). Há algumas explicações para que isso tenha ocorrido. A primeira foi a cobertura da guerra pela mídia local, mostrando com detalhes gráficos as mortes de iraquianos e afegãos pelos ocidentais, o que teve um impacto significativo sobre os civis. O segundo foi que os EUA se voltaram para o seu principal aliado na região, com vasta experiência no combate à insurgência urbana: Israel, o que levou a um grande fluxo de equipamentos, treinamentos militares e consultores israelenses para o Iraque. A mídia local se utilizou disso para construir a narrativa de um ataque sionista ao mundo islâmico. Com isso, novas células da Al-Qaeda se desenvolveram pelo mundo, e assumiram a responsabilidade por diversos ataques na Europa e na Ásia a alvos ocidentais. Além disso, outros movimentos considerados terroristas ascenderam no Iêmen e na Somália, assim como o Talibã reemergiu no Afeganistão, por meio da reconquista de territórios.

Todavia, apesar dos esforços empreendidos no combate ao terrorismo, da mobilização global e dos recursos gastos nessa missão, o mundo, mas em especial os EUA, falhou no cumprimento do objetivo declarado por Bush de acabar com o terrorismo. Essa é a evidência mais contundente de que o contraterrorismo serve a outros objetivos, que não o fim do terrorismo e, como tal, não deve ser analisado como uma resposta a ele.

Por outro lado, os dados de piora também levam, em 2006 e 2007, a uma expansão das forças ISAF da OTAN e a adoção de um novo tipo de combate conhecido como “*shadow war*”, uma guerra extremamente violenta liderada por forças especiais, denominadas *Task Force 145*, e formadas pela JSOC (*Joint Special Operations Command*). O objetivo era utilizar-se de inteligência e reconhecimento para identificar e capturar ou matar insurgentes ou suspeitos. Foram realizadas cerca de 300 invasões a propriedades por mês e os capturados eram submetidos a interrogatórios (com uso intenso de violência física). Não se sabe ao certo a quantidade de mortos nessas operações.

Em 2008, o apoio à ocupação do Iraque já havia diminuído significativamente, tanto que o candidato democrata às eleições, Barak Obama, prometeu durante sua campanha que iria retirar as forças americanas do Iraque<sup>18</sup>. Os números da guerra global ao terror, em especial o número de mortos da coalizão, tiveram um grande impacto na opinião pública. Estima-se que pelo menos 225 mil pessoas morreram em conflito, incluindo civis, militares e *contractors*; ao menos 7.8 milhões de pessoas se tornaram refugiados; e a guerra já custava aos EUA US\$ 4 trilhões (Crawford 2018). Isso levou a discussões sobre o fracasso do modelo de intervenção que vinha sendo adotado e

---

<sup>18</sup> O que só aconteceu em 2011, apesar de terem permanecido no país equipes de treinamento, equipes de apoio e empresas militares privadas. Por outro lado, houve um aumento de tropas no Afeganistão (30 mil pessoas), com o objetivo de ganhar vantagem suficiente para negociar uma saída parcial e garantir que o Talibã tivesse apenas um papel marginal no futuro.

acelerou o movimento de defesa de uma nova abordagem de segurança para lidar com ameaças distantes.

Essa nova fase da “guerra global ao terror” envolvia a manutenção do uso das Forças Especiais e de empresas privadas de segurança, além do emprego de drones armados e não-armados. Soma-se a isso o evento da morte de Bin Laden por uma unidade das Forças Especiais norte-americana. Vale também destacar que em 2009 o Pentágono publicou um novo Manual de Contra-insurgência (intitulado *Field Manual 3-24-2: Tactics in Counterinsurgency*) para orientar as forças armadas norte-americanas em suas incursões externas. O documento reforça a adoção de táticas para lutar guerras urbanas e a orientação de buscar conquistar o apoio da população local, para assim evitar o surgimento ou a intensificação de movimentos de resistência. Entre essas ações, o documento sugere, por exemplo, a realização de obras de saneamento urbano, projetos agrícolas, campanhas de vacinação e ações sociais comunitárias, além do incentivo à delação premiada e o pagamento de famílias das vítimas de ataques militares como forma de reparação (Department of the Army 2009). Como consequência, a presença militar norte-americana em países como Iraque e Afeganistão foi acompanhada de empresas privadas estrangeiras que oferecem os mais variados serviços e contratos bilionários com os governos locais (Nasser e Paoliello 2015).

No momento da segunda eleição de Obama, havia alguma satisfação com a aparente transição à estabilidade no Iraque, uma ilusória contenção da Al-Qaeda e a diminuição do número de ataques contra alvos ocidentais. Assim como em 2002, havia uma sensação de que a “guerra ao terror” havia enfraquecido enquanto um projeto de política externa norte-americano. O termo começou a entrar em desuso à medida em que as tropas da coalizão começaram a retornar e a Al-Qaeda passou a ser vista como efêmera e não um movimento duradouro.

A renovação da “guerra global ao terror” se dará apenas em 2014 com a ascensão do Grupo Estado Islâmico no Iraque e Síria, acompanhado por outros movimentos na Líbia, Iêmen, Somália, Nigéria, Mali e Niger. Se voltarmos aos dados, podemos observar que em 2014 há um pico na quantidade de ataques registrada mundialmente, atingindo a marca inédita de 16.908 casos (Start 2019). É retomada a ideia de que há uma ameaça global e, portanto, que é necessário combatê-la, porém não mais com a estratégia de invasão militar, mas sim por meio do “controle remoto” e do fortalecimento de outras práticas locais, anteriormente tratadas como secundárias, como bloqueios a entrada de migrantes, prisões e práticas de rendição, além do combate ao financiamento de grupos e indivíduos considerados terroristas por meio da constante vigilância dos canais bancários e do congelamento de ativos.

Obama havia anunciado em 2011, ainda em seu primeiro governo, que até o final daquele ano os soldados norte-americanos deixariam o país. Contudo, apesar da redução no número de

---

militares, nos anos seguintes, e em especial após a ascensão do grupo Estado Islâmico, aumentou a quantidade de ataques aéreos, inclusive por meio de drones. Apenas no ano de 2016, os EUA lançaram 26.172 bombas em sete países: 12.192 na Síria, 12.095 no Iraque, 1.337 no Afeganistão, 496 na Líbia, 35 no Iêmen, 14 na Somália e 3 no Paquistão (Zenko e Wilson 2017). O emprego desses métodos levou à impressão de que essa era uma prática mais apropriada e menos custosa, tanto em termos financeiros quanto humanos. Os dados, porém, revelam que no mesmo ano de 2016, os gastos do Departamento de Segurança Nacional, responsável pelas compras de armamentos e demais bens relacionados à segurança foi de mais de US\$ 41 bilhões (um valor superior em relação aos anos anteriores) (Department of Homeland Security 2016).

Todo esse aparato disciplinador da guerra ao terror não está levando a uma redução substantiva no terrorismo internacional, mas mesmo assim se perpetua e se expande. Após 2014 há de fato uma queda na quantidade geral de ataques registrados, de 14.977 em 2015 para 9.607 em 2018 (Start 2019). Contudo, essa redução ainda é marginal se comparada aos números das décadas anteriores. Além disso, ainda estamos diante de uma tendência elevada na quantidade geral de ataques considerados terroristas. Os números atuais e a continuação da guerra global ao terror têm sido explicados pela lucratividade do complexo industrial de defesa norte-americano, especialmente para a solução imediata de problemas que apareceram no Iraque e Afeganistão, a um custo considerável (Nasser e Paoliello 2015; Neocleous 2007). O fenômeno do rápido crescimento no emprego de Empresas Militares Privadas e de Segurança, e o sofisticado *lobby* que desenvolveram junto ao governo, explica parcialmente o interesse na conservação do discurso da guerra ao terror. Soma-se a isso o aumento do financiamento a *think tanks* e universidades engajadas em análises de segurança, na medida em que aceitam a validade da guerra ao terror e a forma com que ela está sendo combatida.

### **Considerações finais**

Este dossiê pretende, em sua essência, que seus colaboradores respondam à seguinte pergunta: após 20 anos, é possível afirmar que o 11 de setembro foi um dia que mudou o mundo? Com certeza para as vítimas dos ataques em solo norte-americano e suas famílias, para todos que perderam suas vidas nas campanhas internacionais de combate ao terrorismo, civis ou soldados, e os que foram diretamente afetados pela guerra global ao terror, este fatídico dia mudou tudo. Todavia, o 11 de setembro deve também ser analisado a partir de sua inserção em um processo histórico mais amplo: trata-se da construção social de ameaças e da metáfora da guerra.

O artigo argumenta que o terrorismo como uma ameaça de segurança internacional está associado a uma qualificação histórica do mesmo pelos Estados Unidos, que não se inicia apenas

---

com a declaração da guerra global ao terror em 2001. Desde os anos 1970, ainda que o combate ao terrorismo não ocupasse o centro da agenda interna e internacional norte-americana, e ainda que não houvesse um senso de urgência e prioridade no endereçamento da questão, já havia uma orientação de segurança nacional que envolvia o combate a ameaças externas e legitimava a atuação do país além das suas fronteiras. Nesse momento, os atores responsáveis pelo combate localmente eram as polícias e externamente a questão era enquadrada no contexto da Guerra Fria e associada a um suposto terrorismo soviético e de esquerda.

Desde o 11 de setembro, os EUA têm adotado três eixos de ação no que se refere ao combate ao terrorismo: uma guerra de coalizão no Afeganistão, mas que também envolveu ações militares em outros *rogue states*, como Iraque, Somália e Síria; o investimento na proteção do território norte-americano, evidenciada pelos gastos do Departamento de Segurança Nacional; e a cooperação internacional contra o terrorismo, envolvendo ações além da militarização, como a coordenação de agências de inteligência, o uso de drones e os contratos com empresas privadas de segurança. Na esteira dessa lógica, mesmo que o “inimigo número 1” tenha mudado, desde então, a economia norte-americana movimenta bilhões para a manutenção de um “permanente estado de guerra”, conforme enunciado por Eisenhower. A guerra ao comunismo, a guerra às drogas, a guerra ao terror, são “um conjunto de narrativas complexas e interligadas e estratégias retóricas para reforçar a autoridade do Estado e concretizar suas práticas disciplinares” (Jackson 2005).

Assim, devemos compreender que não há uma lógica intrínseca e pré-determinada aos termos “terrorismo” e “contraterrorismo”, ambos são construções sociais simbólicas promovidas por um conjunto de atores conectados direta ou indiretamente ao governo norte-americano. Por isso, uma avaliação histórica e geográfica, associada às respectivas forças institucionais, ideias e capacidades materiais, é decisiva para apreender a fluidez dos termos.

Talvez o mais importante legado desses últimos vinte anos tenha sido o incremento do arcabouço de combate a ameaças. Os EUA direcionaram sua política externa e militar nesse sentido, adotando estratégias de vigilância mais perversas e instrumentos de guerra não tradicionais. A guerra global ao terror permanece, ainda que sua intensidade na mídia e no noticiário diário tenha diminuído, tendo sido substituída pela securitização da integração das minorias e dos migrantes, especialmente nos últimos quatro anos durante a administração de Donald Trump. Para opositores a essa narrativa de que negros e migrantes seriam o foco da guerra da vez, a ascensão da extrema direita tem sido vista como uma nova forma de ameaça catastrófica. A guerra ao terror, portanto, parece transcender a luta contra o terrorismo e concerne uma lógica mais ampla, que engloba tanto interesses governamentais quanto outras racionalidades, que ainda estão por serem esclarecidas.

---

## Referências bibliográficas

- Amoore, Louise, e Marieke De Goede. *Risk and the War on Terror*. New York: Routledge, 2008. <https://doi.org/10.4324/9780203927700>
- Aron, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora UNB, 2002.
- Barber, Chris. “The Dawn of American Counterterrorism Policy”. *Nixon Foundation*, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.nixonfoundation.org/2016/09/the-dawn-of-american-counterterrorism-policy/>.
- Booth, Ken, e Tim Dunne. *Terror in our Time*. Abingdon: Routledge, 2012. <https://doi.org/10.4324/9780203697252>
- Brant, Leonardo Nemer Caldeira, ed. *Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- Callegari, André Luís et al., ed. *O crime de terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo de acordo com a Lei N.13.260/2016*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.
- Cox, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium – Journal of International Studies*, 10, n. 2 (1981): 126-155. <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>
- Crawford, Neta. C. “United States Budgetary Costs of the Post-9/11 Wars Through FY2019: \$5.9 Trillion Spent and Obligated”. *Costs of War*, Watson Institute, Brown University, 2018. Disponível em: [https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2018/Crawford\\_Costs of War Estimates Through FY2019.pdf](https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2018/Crawford_Costs of War Estimates Through FY2019.pdf).
- Crawford, Neta C. “United States Budgetary Costs and Obligations of Post-9/11 Wars through FY2020: \$6.4 Trillion”. *Costs of War*, Watson Institute, Brown University, 2019. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2019/US Budgetary Costs of Wars November 2019.pdf>.
- Crenshaw, Martha. “A estratégia contrterrorista nos Estados Unidos”. Em *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*, org. Monica Herz e Arthur Bernardes do Amaral, 49–77. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.
- Comblin, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- De Goede, Marieke. “Beyond Risk: Premediation and the Post-9/11 Security Imagination”. *Security Dialogue*, 39, n. 2–3 (2008): 155-176. <https://doi.org/10.1177/0967010608088773>
- Department of Homeland Security. “FY 2016 Budget-in-Brief”, 2016. Disponível em: <https://www.dhs.gov/publication/fy-2016-budget-brief>.
- Department of the Army. “Field Manual 3-24-2: Tactics in Counterinsurgency”. Washington, DC, 21 de abril de 2009. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=36861>.
- Gallup. “Presidential Approval Ratings - George W. Bush”. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>. Herz, Monica e Arthur Bernardes do Amaral. “Política, violência e terrorismo(s) nas relações internacionais”. Em *Terrorismo e Relações Internacionais: Perspectivas e Desafios para o Século XXI*, org. Monica Herz, e Arthur Bernardes do Amaral, 9–24. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.
- Hoffman, Bruce. *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press, 2006.
-

Jackson, Richard. *Writing the War on Terrorism: Language, Politics, and Counter-Terrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

Jackson, Richard, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, org.. *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*. New York: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203880227>

Laqueur, Walter. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Mavelli, Luca. “The Governmentality of Terrorism: Uncertainty, risk management, and surveillance”. Em *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, org. Richard Jackson, 506-527. New York: Routledge, 2016.

Naftali, Timoty. *Blind Spot: The Secret History of American Counterterrorism*. New York: Basic Books, 2009.

Nasser, Reginaldo Mattar. “As Falácias do Conceito de “Terrorismo Religioso””. Em *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, org. André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nassar, e Rodrigo Fracalossi de Moraes, 65-88. Brasília: IPEA, 2014.

Nasser, Reginaldo Mattar, e Tomaz Oliveira Paoliello. “Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque”. *Revista de Sociologia e Política*, 23, n. 53 (2015): 27-46. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235303>

National Commission on Terrorist Attacks upon the United States. “The 9/11 Commission Report”, 2004. Disponível em: <https://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.

Neocleous, Mark. “Security, Commodity, Fetishism”. *Critique*, 35, n. 3 (2007): 339-355. <https://doi.org/10.1080/03017600701676738>

Padrós, Enrique S. “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado”. *História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, 4, n. 4. (2007): 43-49.

Pereira, Paulo. “Os Estados Unidos e a ameaça do crime organizado transnacional nos anos 1990”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58, n. 1 (2015): 84-107. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201500105>

Perle, Richard, e David Frum. *An End to Evil: How to Win the War on Terror*. New York: Ballantine Book, 2003.

Ranstorp, Magnus. “Mapping Terrorism Studies after 9/11: An academic field of old problems and new prospects”. Em *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*, org. Richard Jackson, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, 13-33. New York: Routledge, 2009.

Sterling, Claire. *The Terror Network: The Secret War of International Terrorism*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1981.

Raphael, Sam. “In the service of power: Terrorism studies and US intervention in the global South”. Em *Critical Terrorism Studies: a new research agenda*, org. Richard Jackson, Marie Breen Smyth, e Jeroen Gunning, 49-65. New York: Routledge, 2009.

Reinares, Fernando. “O atentado de 2004 na Espanha foi tramado em 2001 no Paquistão”, *El País Brasil*, 9 de março de 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/politica/1394224760\\_628015.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/politica/1394224760_628015.html).

Rogers, Paul. “A Critical Perspective on the Global War on Terror”. Em *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*, org. Richard Jackson, 476-505. New York: Routledge, 2016.

Romaniuk, Peter. “From “Global War” to Global Governance: Counterterrorism cooperation in world politics”. Em *International organization and global governance*, org. Thomas Weiss, e Rorden



Wilkinson, 454-465. New York: Routledge, 2014.

Saint-Pierre, Héctor Luis. “11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado”. *Revista de Sociologia e Política*, 23, n. 53 (2015): 9-26. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235302>

Schmid, Alex. “The Definition of Terrorism”. Em *The Routledge Handbook of Terrorism Research*, org. Alex Schmid, 39-98. London: Routledge, 2011. <https://doi.org/10.4324/9780203828731>

Schmid, Alex, e Albert Jongman. *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.

Stampnitzky, Lisa. *Disciplining Terror: How Experts Invented “Terrorism”*. New York: Cambridge University Press, 2013. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139208161>

Start. “Global Terrorism Database: Data on terrorist attacks between 1970 – 2018”. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd>.

The National Archives. “President Dwight D. Eisenhower’s Farewell Address”. 1961. Disponível em: <https://www.eisenhowerlibrary.gov/research/online-documents/farewell-address>. The White House. “President Bush Delivers Graduation Speech at West Point”. 2002. Disponível em:

<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov>.

Tuček, Filip, e Warnes, Richard. “The European Union against Terrorism: Challenges and Future Opportunities”. Em *The Palgrave Handbook of Global Counterterrorism Policy*, org. Francis Grieve et al., 315–336. London: Palgrave Macmillan, 2017. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-55769-8\\_13](https://doi.org/10.1057/978-1-137-55769-8_13)

Wendt, Alexander. “Anarchy is what Sates Make of it”. *International Organization*, 46, n. 2 (1992): 391-425. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>

Zenko, Micah e Jennifer Wilson. “How Many Bombs Did the United States Drop in 2016?”. Council on Foreign Relations, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/how-many-bombs-did-united-states-drop-2016>

\*\*\*

Recebido: 24 de março de 2021

Aprovado: 26 de maio de 2021